Docusign Envelope ID: 50EB9C76-7336-46AA-A7EC-7D67211CBF5B

PETROQUÍMICA MOGI DAS CRUZES

PETROM PETROQUÍMICA MOGI DAS CRUZES S.A.

CNPJ nº 02.340.752/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

Apresentamos aos senhores acionistas e ao mercado, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025. A administração da companhia agradece o empenho de todos e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos. Mogi das Cruzes, 27 de abril de 2026. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	54.904	44.107
Aplicações financeiras	4.2	1.861	2.840
Contas a receber	5	39.046	40.706
Estoques	6	44.994	46.606
Impostos a recuperar	7	16.688	15.909
Despesas antecipadas		497	506
Outros ativos circulantes		2.708	1.352
		160.698	**152.026**
Não circulante			
Contas a receber	5	44	50
Depósitos Judiciais		855	855
Imobilizado	9	54.892	44.427
Intangível	10	680	685
		56.471	**46.017**
Total do ativo		**217.169**	**198.043**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	11	9.173	6.218
Obrigações tributárias	12	5.343	7.017
Obrigações trabalhistas	13	6.028	4.908
Dividendos a pagar	15.e	7.564	35.000
		28.108	**53.143**
Não circulante			
Dividendos a pagar	15.e	35.477	–
Provisão para contingências	14	1.033	1.033
		36.510	**1.033**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	118.867	60.000
Reserva Incentivo Fiscal		–	51.786
Reserva legal		1.336	2.012
Reserva de lucros		32.348	30.069
		152.551	**143.867**
Total do passivo e patrimônio líquido		**217.169**	**198.043**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Reserva Incentivo Fiscal	Reserva de lucros	Lucros líquidos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**60.000**	**707**	**51.786**	**12.875**	–	**125.368**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	26.099	**26.099**
Constituição da reserva legal	–	1.305	–	–	(1.305)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(6.199)	–	**(6.199)**
Dividendos propostos	–	–	–	(1.401)	–	**(1.401)**
Dividendos pagos	–	–	–	–	–	–
Destinação de lucros acumulados	–	–	–	24.794	(24.794)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**60.000**	**2.012**	**51.786**	**30.069**	–	**143.867**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	26.725	**26.725**
Constituição da reserva legal	–	1.336	–	–	(1.336)	–
Aumento do Capital com reserva legal	2.012	(2.012)	–	–	–	–
Aumento do Capital com reserva incentivo fiscal	51.786	–	(51.786)	–	–	–
Aumento do Capital com reserva de lucros	5.069	–	–	(5.069)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(6.347)	–	**(6.347)**
Dividendos propostos	–	–	–	(11.694)	–	**(11.694)**
Destinação de lucros acumulados	–	–	–	25.389	(25.389)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**118.867**	**1.336**	–	**32.348**	–	**152.551**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas	16	382.844	396.116
Custo dos produtos vendidos	17	(302.783)	(321.635)
Lucro bruto		**80.061**	**74.481**
(Despesas)/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(18.871)	(17.609)
Despesas com vendas	17	(18.460)	(19.905)
Outras receitas/(despesas) operacionais	17	(1.718)	637
Resultado antes do resultado financeiro		**41.012**	**37.604**
Receitas financeiras	18	9.288	10.145
Despesas financeiras	18	(10.029)	(8.592)
Resultado financeiro líquido		**(741)**	**1.553**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**40.271**	**39.157**
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	19	(13.546)	(13.058)
Lucro líquido do exercício		**26.725**	**26.099**
Quantidade de ações (unidade)		18.000.000	18.000.000
Resultado por ação - básico (em R$)		**1,4847**	**1,4499**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**26.725**	**26.099**
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	–	–
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**26.725**	**26.099**
Quantidade de ações (unidade)	18.000.000	18.000.000
Resultado por ação - básico (em R$)	**1,4847**	**1,4499**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa da atividade operacional	2025	2024
Lucro líquido do exercício	26.725	26.099
Ajustes para reconciliar o lucro ou prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4.484	4.977
(Ganho)/perda na alienação de imobilizado e investimento	(62)	(104)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	2	–
(Reversão)/Constituição de provisão para contingência	(8)	(93)
	31.141	**30.879**
Aumento líquido/(redução) de ativos e passivos:		
Contas a receber	1.666	(8.619)
Estoques	1.612	15.270
Impostos a recuperar	(779)	5.465
Outras contas a receber	(1.340)	(924)
Fornecedores	2.955	(420)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(554)	3.898
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**34.701**	**45.549**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(14.769)	(6.660)
Aquisição de intangível	(114)	(359)
Aplicações financeiras	979	(2.840)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(13.904)**	**(9.859)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(10.000)	(7.600)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	(6.298)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(10.000)**	**(13.898)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**10.797**	**21.792**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.107	22.315
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	54.904	44.107
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**10.797**	**21.792**

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A. (Companhia), localizada na Rodovia Dom Paulo Rolim Loureiro, Km 9, Mogi das Cruzes, São Paulo, iniciou suas atividades em 1.998 como uma Sociedade Limitada e, em 02 de janeiro de 2.004, transformou-se em Sociedade por Ações de Capital Fechado, tendo como atividade: a indústria, comércio, importação e exportação de anidrido ftálico, plastificantes, ácido maleico, anidrido maleico, ácido fumárico, resinas e produtos químicos em geral; a industrialização e transformação de produtos químicos e de matérias-primas, especialmente para as indústrias químicas, comércio; a exportação e importação de produtos químicos e de matérias-primas, especialmente para as indústrias químicas; a industrialização e comércio de matéria-prima utilizada na fabricação de produtos para alimentação humana e animal; a participação em outras sociedades e representação comercial por conta de terceiros. **1.1. Continuidade operacional:** A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A aprovação da Diretoria e Conselho de Administração para conclusão e emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreu no dia 24 de abril de 2026. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: Base de preparação: i. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Diretoria da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC em novembro de 2023, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. **ii. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **iii. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Diretoria faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Diretoria use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos duvidosos e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza, em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas a seguir: • **Nota Explicativa nº 5** - Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD); • **Nota Explicativa nº 9 e 10** - depreciação/amortização acumulada do ativo imobilizado/intangível; e • **Nota Explicativa nº 14** - provisão para contingências. **iv. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita é mensurada com a base no valor justo de contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre a venda ou prestação de serviço. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita. **i) Venda de produtos:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador. A seguir, estão detalhados os procedimentos de reconhecimento de receita para as Companhia: A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: • Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; • Identificação das obrigações de desempenho contratadas; • Determinação do preço da transação; • Alocação do preço às obrigações de desempenho; • Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. Mais especificamente, a receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **ii) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com liquidez diária e resgatáveis com o próprio emissor, e com risco insignificante de mudança de valor, ou seja, um montante conhecido de caixa que possui pouca probabilidade de ter seu valor não realizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **c) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a perda estimada com liquidação de devedores duvidosos. **d) Ativos financeiros: Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (iii) valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Diretoria. **Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **e) Passivos financeiros: Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **f) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** A Companhia não fez uso de instrumentos financeiros derivativos, para atividades de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, porém fez uso de instrumentos financeiros derivativos para o exercício findo em 31 de dezembro 2024, entretanto, os efeitos não são materiais. **g) Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição e transformação, não excedendo o seu valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Diretoria. A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado dos produtos é constituída quando o valor justo registrado no estoque exceder o seu valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo. **h) Imobilizado:** Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada, mas não pela redução ao valor recuperável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	5
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Instalações	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **i) Intangível:** A Companhia possui licenças de software e marcas e patentes como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Diretoria da Companhia revisa anualmente o valor de seus ativos tangíveis e intangíveis, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **k) Provisões:** Reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **l) Tributação:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido, quando aplicável, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil por ano para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando existente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes utilizadas no cálculo do lucro tributável. **m) Outros benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos a empregados da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias e 13º salário), a oferta de planos de saúde, seguro de vida, vale refeição e restaurante. O vale-transporte segue a legislação em vigor. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. A Companhia não mantém benefícios de remuneração com base em ações, benefícios de demissão, planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes após sua saída da Companhia. **n) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Exceto quanto ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, os demais ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a. Alterações na IAS 21/NBC TG 02 (R3) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A IAS 21/NBC TG 02 (R3), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: • Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é; • Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra; • Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra; • Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível; • Exemplos ilustrativos; e • Alterações à IFRS 1/NBC TG 37 (R5) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/NBC TG 02 (R3) alterada. A Companhia adotou as alterações à IAS 21/NBC TG 02 (R3) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Companhia, por três razões principais: • A Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; • A Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e • Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma. Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no NBC TG 02 (R3) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos. **b. Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima:** Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil. A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis. **p) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025:** Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a. Alterações na IFRS 7/NBC TG 40 (R3) e IFRS 9/NBC TG 48** - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **b. Alterações na IFRS 7/ NBC TG 40 (R3) e IFRS 9/NBC TG 48** - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c. Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11** - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **d. IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/NBC TG 26 (R5) e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Diretoria. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **e. Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade de Pública15:** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. **q) Impactos da reforma tributária: Reforma tributária do consumo (LC 214/2025):** A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). Principais Substitutos e Mudanças: • **CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; • **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; • **Imposto Seletivo (IS):** novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e • **Manutenção Restrita do IPI:** o IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. **Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025):** A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos: • Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; • Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; • Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; • Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets). **Avaliação de impacto:** A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº 5 sobre perda esperada para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber, nº 7 impostos a recuperar e nºs 9 e 10 vida útil do ativo imobilizado e intangível. A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação. A Companhia não espera impacto na avaliação do IR e CSLL Diferido quanto a probabilidade de existência de lucros tributários futuros - CPC 32 (IAS12) Tributos sobre o Lucro. A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros. A Diretoria da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes.

4. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras:

4.1. Caixa e equivalentes de caixa:	2025	2024
Banco - conta/movimento	457	513
Aplicações financeiras	54.447	43.594
	54.904	**44.107**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

4.2. Aplicações financeiras:	2025	2024
Aplicações financeiras	1.861	2.840
	1.861	**2.840**

Trata-se de aplicações financeiras que não estão disponíveis para uso pela Companhia, por se tratar de recursos dados em garantia junto à instituição financeira XP Investimentos, não estando disponíveis para livre movimentação pela Companhia na data-base das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de recursos classificados como não disponíveis para uso totaliza R$ 1.861 mil, representado por aplicação em título público federal (Título Selic), vinculada à prestação de garantia financeira, conforme demonstrado a seguir: • Título Selic, com vencimento em 1º de setembro de 2026: R$ 1.861 mil. Este recurso permanece aplicado em instrumentos de renda fixa e rende atualização financeira conforme as condições pactuadas, contudo, encontra-se sem disponibilidade de uso até a liberação da garantia associada.

5. Contas a receber:

	2025	2024
Contas a receber	39.391	41.062
(-) Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(301)	(306)
	39.090	**40.756**
Circulante	39.046	40.706
Não circulante	44	50
	39.090	**40.756**

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2025	2024
A vencer	**36.696**	**40.234**
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias	2.394	514
Vencidos de 30 a 60 dias	–	8
Vencidos acima de 180	301	306
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(301)	(306)
	39.090	**40.756**

A Companhia reconhece a provisão para Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), após análise individualizada dos clientes. Além disso, a Diretoria da Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias. A Diretoria da Companhia constituiu provisão para Perda Esperada para Créditos De Liquidação Duvidosa (PECLD) em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 301 (R$ 306 em 2024):

	2025	2024
Saldo inicial	**(306)**	**(399)**
Reversão por recebimento	8	12
Reversão por revisão da estimativa	–	81
Provisão por revisão da estimativa	(3)	–
Saldo final	**(301)**	**(306)**

6. Estoques:	2025	2024
Produtos acabados	18.875	18.048
Matéria-prima	21.117	23.705
Mercadorias	113	328
Produtos em elaboração	1.426	1.155
Almoxarifado	3.463	3.370
	44.994	**46.606**

7. Impostos a recuperar:	2025	2024
ICMS a recuperar	15.039	14.534
PIS/COFINS a recuperar	445	649
IPI a recuperar	1.204	726
	16.688	**15.909**

8. Partes relacionadas: 8.1. Remuneração do pessoal-chave: A remuneração dos diretores e Conselho de Administração que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R$ 889 (R$ 817 em 2024) e com benefício concedido de uso de veículos aos diretores. No exercício de 2025, não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

9. Imobilizado:

Custo	Terrenos	Maquinismo	Prédios e Benfeitorias	Instalações	Veículos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Benfeitorias Ambientais	Sub-total	Imob. em Andamento	Total
Saldo em 1º/01/2024	**1.506**	**72.399**	**10.452**	**27.570**	**387**	**3.101**	**1.472**	**15.206**	**132.093**	**6.882**	**138.975**
Adições	–	1.546	514	769	126	331	64	22	3.372	6.792	**10.164**
Baixas	–	(139)	–	–	–	–	–	–	(139)	–	**(139)**
Transferência	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(3.504)	**(3.504)**
Saldo em 31/12/2024	**1.506**	**73.806**	**10.966**	**28.339**	**513**	**3.432**	**1.536**	**15.228**	**135.326**	**10.170**	**145.496**
Adições	–	10.122	5.408	5.276	170	631	135	–	21.742	14.863	**36.605**
Baixas	–	–	–	–	(83)	–	–	–	(83)	–	**(83)**
Transferência	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(21.772)	**(21.772)**
Saldo em 31/12/2025	**1.506**	**83.928**	**16.374**	**33.615**	**600**	**4.063**	**1.671**	**15.228**	**156.985**	**3.260**	**160.245**
Depreciação Acumulada											
Saldo em 1º/01/2024	–	**(63.526)**	**(4.495)**	**(24.911)**	**(360)**	**(2.177)**	**(1.096)**	–	**(96.565)**	–	**(96.565)**
Adições	–	(3.027)	(376)	(972)	(8)	(156)	(106)	–	(4.645)	–	**(4.645)**
Baixas	–	139	2	–	–	–	–	–	141	–	**141**
Saldo em 31/12/2024	–	**(66.414)**	**(4.869)**	**(25.883)**	**(368)**	**(2.333)**	**(1.202)**	–	**(101.069)**	–	**(101.069)**
Adições	–	(2.830)	(389)	(836)	(31)	(184)	(98)	–	(4.368)	–	**(4.368)**
Baixas	–	–	2	–	83	–	–	–	84	–	**84**
Saldo em 31/12/2025	–	**(69.244)**	**(5.256)**	**(26.719)**	**(316)**	**(2.517)**	**(1.300)**	–	**(105.353)**	–	**(105.353)**
Saldo Liquido											
Em 31/12/2024	1.506	7.392	6.097	2.456	145	1.099	334	15.228	**34.257**	10.170	**44.427**
Em 31/12/2025	1.506	14.684	11.118	6.896	284	1.546	371	15.228	**51.632**	3.260	**54.892**
Taxa anuais médias de depreciação (%)		**20**	**4**	**20**	**20**	**10**	**20**				

A Companhia revisou a estimativa de vida útil dos ativos imobilizados para o exercício de 2025, e não foram identificadas diferenças significativas em relação às taxas de depreciação aplicadas. A Diretoria efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias e sinais de *impairment*.

10. Intangível:

Custo	Software	Marcas Patentes	Proj. em andamento (Software)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**2.794**	**11**	**16**	**2.821**
Adições	18	–	342	**360**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.812**	**11**	**358**	**3.181**
Adições	471	–	220	**691**
Transferência	–	–	(578)	**(578)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.283**	**11**	–	**3.294**
Depreciação Acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**(2.347)**	**(10)**	–	**(2.357)**
Adições	(139)	–	–	**(139)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(2.486)**	**(10)**	–	**(2.496)**
Adições	(117)	(1)	–	**(118)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(2.603)**	**(11)**	–	**(2.614)**
Saldo Liquido				
Em 31 de dezembro de 2024	326	1	358	**685**
Em 31 de dezembro de 2025	680	–	–	**680**
Taxa anuais médias de amortizações (%)	**20**	**10**	**10**	

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **11. Fornecedores:** Refere-se a contas a pagar a fornecedores basicamente de mercadorias e serviços, sem a incidência de encargos financeiros. São, geralmente, liquidadas em prazos de 30 a 75 dias:

	2025	2024
Fornecedores de matéria-prima - nacionais	9.077	6.072
Fornecedores de matéria-prima - internacionais	96	146
	9.173	**6.218**

12. Obrigações tributárias:	2025	2024
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.017	5.141
IRRF a recolher	498	425
ICMS a recolher	2.788	1.394
ISS a recolher	13	25
PIS/COFINS/CSLL retidos	27	32
	5.343	**7.017**

13. Obrigações trabalhistas:	2025	2024
Salários e encargos sociais	3.232	2.323
Provisão para férias e encargos sociais	2.796	2.585
	6.028	**4.908**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não oferecia benefícios pós-emprego, e não havia benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Diretoria ou demais colaboradores. **14. Provisão para contingências:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrente do curso normal de operações envolvendo especialmente questões tributárias e trabalhistas. A Diretoria, com base em informações de seus assessores jurídicos, e suas análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

	2025	2024
Tributárias	1.033	1.033
	1.033	**1.033**

A movimentação da provisão para demandas judiciais está demonstrada, conforme a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	**1.033**	**1.055**
Baixas	–	(22)
Saldo Final	**1.033**	**1.033**

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: Em 31 de dezembro de 2025, mantém os valores anteriormente mencionados, e não foram computados nos montantes acima os valores de R$ 110 mil decorrentes de causas trabalhistas (R$ 15 em 2024), cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda da parte contrária, razão pela qual a Diretoria não registrou esse montante nas demonstrações contábeis. **Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Diretoria da Companhia avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Diretoria suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o NBC TG 25 (R2)/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, NBC TG 32 (R4)/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o NBC TG 24 (R2)/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025. **15. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado da Companhia era de R$ 118.867 mil (cento e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e sete mil de reais), dividido em 18.000 mil (dezoito milhões) de ações nominativas sem valor nominal. Em 12 de dezembro de 2025, pela Ata de Assembleia Geral Extraordinária, após a manifestação favorável dos Administradores e Acionistas da Companhia foi deliberado o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 58.867 mil (Cinquenta e oito milhões e oitocentos e sessenta e rete mil reais), passando dos atuais R$ 60.000 mil (sessenta milhões de reais) para 118.867 mil (cento e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e sete mil de reais), sem a emissão de novas ações, uma vez que a integralização do valor aumentado será efetuada nesta data, mediante a capitalização da totalidade do saldo da conta de "Reserva Legal" no valor R$ 2.012 mil (dois milhões, doze mil reais), da totalidade do saldo da conta de Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R$ 51.786 mil (cinquenta e um milhões, setecentos e oitenta e seis mil reais) e de parte do saldo da conta de "Lucros de Retidos" no valor de R$ 5.069 mil (cinco milhões, sessenta e oito mil reais). **b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. A reserva para investimentos e capital de giro está representada pelos lucros não distribuídos. **c) Reserva para retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros corresponde aos lucros remanescentes após destinação para reserva legal, reserva estatutária e proposta de distribuição de dividendos, visando, principalmente, atender seus projetos de investimentos. **d) Reserva de incentivos fiscais:** Compreende as subvenções de incentivos fiscais, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, podendo ser incorporada ao capital social da Companhia, sendo vedada sua destinação para distribuição de dividendos. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme disposição estatutária aos acionistas, estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A distribuição do lucro do exercício de 2025 e 2024, está disposta da seguinte forma:

	2025	2024
Saldos iniciais do exercício	**35.000**	**35.000**
(+) Dividendo mínimo obrigatório	6.347	6.199
(-) Ajuste a valor presente	(6.959)	–
(+) Dividendo adicional proposto no exercício	18.653	1.401
(=) Dividendos no exercício, conforme ata (a)	**18.041**	**7.600**
(-) Pagamentos de dividendos	(10.000)	(7.600)
(=) Saldos finais do exercício	**43.041**	**35.000**
Circulante	7.564	35.000
Não circulante	35.477	–

(a) Em 09 de dezembro de 2025, pela Ata de Reunião do Conselho de Administração, sendo a ordem do dia a deliberação de distribuição de lucros aos acionistas no valor de R$ 25.000 mil (vinte e cinco milhões de reais), retidos da conta de "Reserva de Lucros" já aprovados o qual serão pagos até 31 de dezembro de 2028 conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, inclusive já consistentes com as devidas constituições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A distribuição de dividendos a acionistas está limitada ao saldo da conta de lucros retidos em moeda local, conforme livros da Companhia. Os dividendos sobre os lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996 à 31 de dezembro de 2025 estão isentos de retenção de imposto de renda na fonte.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

	2025	2024
(=) Resultado do exercício	26.725	26.099
(-) Constituição da reserva legal (5% do lucro líquido)	(1.336)	(1.305)
(=) Base do lucro para distribuição do dividendos	**25.389**	**24.794**
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)	6.347	6.199
Dividendos propostos de exercícios anteriores	25.000	7.600
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	**18.653**	**1.401**
Quantidade de ações	18.000.000	18.000.000
Dividendo por ação - R$	**1,3889**	**0,4222**

Em 26 de novembro de 2025 foi aprovada a Lei nº 15.270/2025, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estabelecendo a incidência de IRRF à alíquota de 10% sobre lucros e dividendos distribuídos a: (i) pessoas físicas residentes no Brasil, quando o valor mensal ultrapassar R$ 50.000,00 por beneficiário, e; (ii) beneficiários não residentes (pessoas físicas ou jurídicas), ressalvadas as hipóteses específicas de isenção ou tratamento diverso previstas na própria legislação e em acordos internacionais para evitar dupla tributação. Considerando que a Companhia possui apenas acionistas pessoas jurídicas residentes no Brasil, as distribuições de lucros e dividendos às pessoas jurídicas residentes no Brasil permanecem não sujeitas ao IRRF de 10%, nos termos da nova legislação. Como ato subsequente, em 26 de dezembro de 2025 o Supremo Tribunal Federal (STF), nas ADIs 7.912 e 7.914, concedeu medida cautelar prorrogando até 31 de janeiro de 2026 o prazo para deliberação e aprovação da distribuição de lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025, originalmente previsto para 31 de dezembro de 2025 na Lei nº 15.270/2025. A cautelar foi submetida a referendo do Plenário do STF, cujo julgamento teve início em sessão virtual em 13 de fevereiro de 2026, com votos favoráveis à sua convalidação. Contudo, o feito foi destacado pelo Ministro Edson Fachin, o que implicou o encerramento do julgamento virtual, o cancelamento do placar então formado e a remessa das ações para apreciação em Plenário físico, onde o referendo da medida cautelar será reiniciado. Até o momento, o mérito das ações não foi julgado. **16. Receita líquida de Venda:** A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

	2025	2024
Receita bruta de vendas		
Venda de produtos - mercado interno	401.304	388.314
Venda de produtos - mercado externo	76.179	100.054
	477.483	**488.368**
Deduções de vendas		
Devoluções e descontos	(574)	(891)
Impostos sobre vendas	(94.065)	(91.361)
	(94.639)	**(92.252)**
Receita líquida de vendas	**382.844**	**396.116**

17. Resultado por natureza: Reconciliação de despesas por natureza: O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada conforme segue:

	2025	2024
Matéria-prima	(257.373)	(278.914)
Despesa com pessoal	(40.662)	(37.961)
Impostos, taxas e contribuições	(701)	(577)
Depreciação e amortização	(4.054)	(4.353)
Energia	(12.230)	(12.109)
Viagens e Estadias	(514)	(437)
Utilização de Bens e Instalações	(3.563)	(3.287)
Material de Consumo	(766)	(728)
Alugueis e Arrendamentos	(6.452)	(7.673)
Serviços de Comunicação	(77)	(86)
Propaganda e Publicidade	(303)	(349)
Contribuições e Doações	(710)	(592)
Multas e Indenizações	(9)	(9)
Despesas Judiciais	(18)	(109)
Comissões	(1.242)	(1.127)
Fretes e carretos	(8.308)	(8.302)
Despesas com seguros	(3.132)	(2.537)
Outras Receitas e Despesas	(1.718)	638
	(341.832)	**(358.512)**

Classificação por função	2025	2024
Custos dos produtos vendidos	(302.783)	(321.635)
Despesas com vendas	(18.460)	(19.905)
Despesas gerais e administrativas	(18.871)	(17.609)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.718)	637
	(341.832)	**(358.512)**

18. Receitas e despesas financeiras:

Receitas financeiras	2025	2024
Juros Ativos	80	–
Rendimento de aplicação financeira	7.204	3.294
Variação cambial ativa	2.004	6.550
Descontos obtidos	–	113
Outras receitas financeiras	–	188
	9.288	**10.145**
Despesas financeiras	**2025**	**2024**
Juros passivos	(921)	(672)
Despesas bancárias	(207)	(74)
Variação cambial passiva	(6.430)	(5.625)
Descontos concedidos	(2.471)	(2.060)
Outras despesas financeiras	–	(161)
	(10.029)	**(8.592)**
Resultado Financeiro	**(741)**	**1.553**

19. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes: Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Correntes:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.271	39.157
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(13.692)	(13.313)
Incentivos fiscais	387	86
Despesas não dedutíveis	(898)	(757)
Ganhos não tributáveis	117	1.186
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(13.546)**	**(13.058)**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(13.546)	(13.058)
Taxa efetiva %	**34%**	**33%**

20. Gestão financeira: Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de riscos é realizada pela Diretoria da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia. **a) Risco de mercado:** A Companhia está exposta à riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **i) Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença em fornecedores em milhares de dólares americanos. **ii) Risco com taxas de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. **b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em contas a receber, principalmente em clientes em situação de recuperação judicial. **c) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela Diretoria da Companhia. A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

31 de dezembro de 2025	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo
Fornecedores	9.173	–	–	–	**9.173**
	9.173	–	–	–	**9.173**

31 de dezembro de 2024	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo
Fornecedores	6.218	–	–	–	**6.218**
	6.218	–	–	–	**6.218**

d) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

e) Instrumentos financeiros por categoria:	2025	2024
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4.1)	54.904	46.947
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 4.2)	1.861	–
Empréstimo ao custo amortizado		
Contas a receber (Nota Explicativa nº 5)	39.090	40.756
Passivo		
Mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores (Nota Explicativa nº 11)	9.173	6.218

Hierarquia de valor justo: A tabela a seguir, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis):

2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	457	54.447	–
Aplicações financeiras	–	1.861	–

2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	513	43.594	–
Aplicações financeiras	–	2.840	–

A Companhia não deteve, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. **f) Qualidade dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue: • **Caixa e equivalentes de caixa:** a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas; e • **Contas a receber**: referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes, principalmente em clientes em situação de recuperação judicial. **g) Análise dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. A classificação dos ativos e passivos financeiros na Companhia é apresentada a seguir:

	2025 Valor contábil	2025 Valor justo	2024 Valor contábil	2024 Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	54.904	54.904	46.947	46.947
Aplicações financeiras	1.861	1.861	–	–
Contas a receber	39.090	39.090	40.756	40.756
Passivo				
Fornecedores	9.173	9.173	6.218	6.218

h) Análise de sensibilidade: Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Diretoria adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente (taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil). Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável, e não foi avaliada variações significativas em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não deteve no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes que possam impactar as demonstrações contábeis. **21. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos de incêndio, danos elétricos, responsabilidade civil e outros riscos operacionais. Os seguros são contratados em montantes julgados suficientes pela Diretoria da Companhia para a cobertura de eventuais riscos existentes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Valmir Pilon

Vice-Presidente
William Rogério Nicolau

Conselheiros
José Pilon — **José Geraldo Antunes** — **Otávio Pilon Filho** — **William Marcelo Nicolau**

DIRETORIA

Diretor Presidente
William Nicolau

Diretor Administrativo/Financeiro
José Roberto Pilon

CONTADOR

Luciano José dos Santos Cruz
CRC 1SP172046/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria e Conselho de Administração da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.** - Mogi das Cruzes - SP.

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A. ("Companhia")**, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria e Governança pelas demonstrações contábeis:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 24 de abril de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1
Ronaldo Silva dos Santos
Contador CRC 1 SP 228140/O-4

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 07/05/2026 19:57:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*